CAPÍTULO I – O ESTABELECIMENTO

Artigo 1º - Denominação e Sede

A Bela Vista – Centro de Educação Integrada, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que se encontra registada na Direcção Geral da Segurança Social, como IPSS, no Livro nº 3 das Associações de Solidariedade Social sob o nº 29/86, a fl. 46, em 4 de abril de 1986, com sede em Águeda.

Artigo 2º - Missão da Instituição

"Promover a integração de crianças, famílias e grupos que por qualquer situação deficitária de ordem física, emocional ou social se encontram em risco de privação e/ou marginalização social."

Oferecer um serviço flexível e multifuncional, adotando uma abordagem global relativamente às crianças, jovens e às famílias, reconhecendo a amplitude e interdependência das suas necessidades – prestação de cuidados, educação, saúde, socialização, apoio social e recreação.

Artigo 3º - Legislação Aplicável

O Jardim de Infância/Estabelecimento de Educação Pré-Escolar (doravante EEPE), rege-se pelo estipulado nos Estatutos da Instituição e ainda nos seguintes diplomas legais:

1- Decreto-Lei nº 172 – A/2014, de 14 de novembro – Aprova os Estatutos das IPSS;
2- Decreto-Lei nº 147/97, de 11 de junho - Estabelece o regime jurídico do desenvolvimento e expansão da educação pré-escolar e define o respetivo sistema de organização e financiamento;
2- Lei 5/97, de 10 de fevereiro - Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar;
3- Portaria n.º 583/97, de 30 de junho - autorização do prolongamento do horário para mais de 40 horas semanais;
4- Despacho 5220/97, de 4 de agosto – Orientações curriculares, para a Educação Pré-Escolar;
5- Lei n.º58/2019 de 8 de agosto – assegura a execução, na ordem jurídica nacional do Regulamento Geral de Proteção de Dados/RGPD;
6- Despacho Conjunto 300/97, de 9 de setembro - define as regras a aplicar nas comparticipações familiares;
7- Orientações Técnicas acordadas em sede da Comissão Nacional de Cooperação (CNC);
8- Protocolo de Cooperação em vigor, desde que aplicáveis ao EEPE;
9- Contrato Coletivo de Trabalho para as IPSS.
10- Demais legislação em matéria de cooperação e outra legislação complementar em vigor.

Artigo 4º -Âmbito e objeto

1- A Bela Vista – Centro Educação Integrada, tem acordo de Cooperação celebrado com o Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro e a Direção Regional de Educação do Centro desde 01/08/1998, para a resposta social EEPE.
2- O presente regulamento tem por objeto:
    1. Estabelecer e assegurar a divulgação bem como o cumprimento das normas de funcionamento da Bela Vista – CEI, na resposta social de Educação Pré-Escolar.
    2. Promover o respeito pelos direitos das crianças, nomeadamente da sua dignidade e intimidade da vida privada;
    3. Promover a participação das crianças e dos seus familiares e/ou representante legal ao nível desta resposta social;
3- Esta Instituição está integrada na rede do EEPE ao abrigo de Acordo efetuado com os representantes do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

CAPITULO II – CONDIÇÕES GERAIS

Secção I – Inscrição e Admissão

Artigo 5º - Capacidade

A capacidade da resposta social do EEPE é de 88 utentes, distribuídos da seguinte forma:

1- 22 crianças/sala I;
2- 22 crianças/sala II;
3- 22 crianças/sala III:
4- 22 crianças/sala IV

Artigo 6º - Inscrição

1- A inscrição é feita pelos pais ou por quem exerça as responsabilidades parentais mediante o preenchimento de ficha própria para o efeito, disponível na Secretaria.
2- As inscrições decorrem durante todo o ano letivo e as correspondentes admissões efetuadas sempre que existam vagas.
3- Ordinariamente a seleção das crianças é feita durante os meses de junho e julho.
4- A renovação da inscrição será realizada pelos pais ou por quem exerça as responsabilidades parentais.

Artigo 7º - Condição de Admissão

É condição específica de admissão nesta resposta social, ter idade compreendida entre os três anos de idade e a oficial de ingresso no 1º Ciclo de Ensino Básico, podendo esses limites serem ajustados aos casos excecionais.

Artigo 8º - Critérios de Admissão e Priorização

1- Sempre que a capacidade da resposta social de EEPE não permita a admissão de todas as crianças inscritas, as admissões far-se-ão de acordo com os seguintes critérios:
   1.1. Crianças que frequentaram a instituição no ano anterior
   1.2. Crianças de agregados familiares, social e economicamente mais desfavorecidos, nomeadamente:
      1.2.1. Privação alimentar;
      1.2.2. Privação afetiva;
      1.2.3. Privação de estimulação ambiental
   1.3. Crianças com necessidades especiais e/ou deficiência
   1.4. Crianças com irmãos, que comprovadamente pertençam ao mesmo agregado familiar, que frequentam uma resposta desenvolvida pela mesma entidade;
   1.5. Crianças cujos pais residam ou trabalhem na área do estabelecimento;
   1.6. Crianças de famílias monoparentais ou famílias numerosas.
   1.7. Escalão etário;
   1.8. Ordem de inscrição
   2-Em situação de empate é admitida a criança mais velha.

Artigo 9º - Admissão e Inscrição

1- A admissão das crianças no Estabelecimento é efetuada pela diretora técnica, de acordo com as normas constantes no presente regulamento e após aprovação pela direção.
2- A comunicação da admissão é feita via telefone. Se no prazo de 5 dias seguidos os pais não oficializarem a admissão, proceder-se-á a nova admissão;
3- A organização do processo de admissão é da competência dos serviços administrativos da Instituição e da equipa técnica.
4- Os pais ou por quem exerça as responsabilidades parentais das crianças admitidas, serão convocados para uma entrevista com a Educadora de Infância da sala que a criança integrará
5- A referida entrevista tem por objetivo dar a conhecer a dinâmica do EEPE, estabelecer os horários de permanência, o processo de integração, assim como obter informações sobre a criança e o seu agregado.
6- Na mesma entrevista deverão ser assinadas pelos pais ou por quem exerça as responsabilidades parentais, as seguintes declarações de consentimento para a comunicação/transmissão de dados pessoais, no estritamente necessário à segurança e bem-estar da Criança:
   a) Da(s) pessoa(s) a quem a criança possa ser entregue;
   b) De administração de paracetamol, em caso de febre superior a 38,5ºC (sendo fornecida e atualizada a informação relativa à respetiva dosagem);
   c) De registo fotográfico e vídeo das crianças, decorrente das atividades e das rotinas diárias da resposta social;
   d) De saídas à comunidade;
7- As admissões deverão ser efetuadas a partir do mês de setembro ou sempre que se verifiquem vagas.
8- As renovações serão realizadas por ano letivo, através da apresentação durante a 1ª quinzena do mês de maio, dos documentos enumerados no artigo 10º.
9- É obrigatório o pagamento pontual no ato da admissão e/ou renovação pelos pais ou por quem exerça as responsabilidades parentais.
10- As crianças que reúnam as condições de admissão, mas que não seja possível admitir, por inexistência de vagas, ficam automaticamente inscritos e o seu processo arquivado em pasta própria não conferindo, no entanto, qualquer prioridade na admissão.
11- Caso se verifiquem valores em dívida não será renovada a inscrição.

Artigo 10º - Documentos a Apresentar no Ato da Admissão e/ou Renovação da Inscrição

1- Para efeitos da admissão/renovação da inscrição da criança deverá ser preenchida Ficha de Inscrição/renovação – modelo próprio, devendo ser feita prova das declarações efetuadas, mediante apresentação dos seguintes documentos:
   a) Fotocópia da Cédula da criança ou Cartão de Cidadão;
   b) Boletim de Vacinas atualizado;
   c) Fotocópia do Cartão de Utente, caso não tenha CC;
   d) Fotocópia de Identificação Fiscal, caso não tenha CC;
   e) Fotocópia de Identificação da Segurança Social (NISS), caso não tenha CC;
   f) Declaração médica em caso de patologia que determine a necessidade de cuidados especiais;
   g) Fotocópia da Declaração de IRS e nota de liquidação, referente ao Agregado Familiar, relativa ao ano anterior, que englobe – trabalho dependente; trabalho independente; Pensões; Prestações Sociais; Bolsas de Estudo e Formação; Rendimentos Prediais; Rendimentos Capitais e Outras fontes de rendimento;
   h) Declaração dos rendimentos da entidade patronal onde conste a categoria e/ou cópia de um recibo de vencimento auferido no mês anterior;
   i) No caso de doença, maternidade ou desemprego, será solicitado o documento comprovativo da situação em causa;
   j) Fotocópia de documentos comprovativos das despesas com habitação (renda e/ou empréstimo bancário). Nos casos de atribuição de renda de casa aos jovens casais será solicitada a respetiva declaração;
   k) Fotocópia dos documentos comprovativos de despesas medicamentosas com doença(s) crónica(s), devidamente acompanhados por declaração médica que comprove a(s) referida(s) situação(ões) familiar(es);
   l) Despesas com transportes até ao valor máximo da tarifa de transporte da zona de residência;
2- A diretora de técnica reserva-se o direito de averiguar, pelos meios legais ao seu dispor, as declarações e documentos apresentados, bem como ponderar outros critérios e fontes de rendimento do agregado familiar, sempre que, da análise efetuada aos documentos disponibilizados e do conhecimento que houver do nível social das famílias, hajam indícios de omissões ou declarações menos sérias quanto aos valores apurados.
3- Detetadas falsas declarações ou ocultação dolosa de fontes de rendimentos, para além das medidas de carácter penal, à Direção reserva-se o direito de suspender ou anular a matrícula e/ou tomar outras medidas de carácter social, ouvidos os interessados e analisadas as situações com os mesmos confidencialmente.

Artigo 11º - Comparticipação Familiar

1- A comparticipação familiar é determinada, regra geral, antes do início de cada ano letivo.
2- A frequência no Estabelecimento de Educação Pré-Escolar, no horário da componente de Apoio à Família, nomeadamente nas refeições e prolongamento de horário, será obrigatoriamente comparticipada pelas famílias, de acordo com os princípios e regras estabelecidas nas normas de comparticipação familiar em vigor (Despacho/Conjunto nº 300/97, DR II Série de 97/09/09). Os respetivos escalões e a fórmula de cálculo constam em anexo ao presente Regulamento.
3- Deverá ser fixado um limite máximo, de acordo com o apuramento do custo médio utente/mês.
4- Deverá ser estabelecido um limite máximo das despesas mensais fixas do agregado familiar, não podendo esse limite ser inferior ao montante da retribuição mínima mensal garantida.
5- Sempre que da análise dos documentos apresentados se verifique que os rendimentos auferidos não são consentâneos com as despesas, será estipulado um valor para o cálculo da mensalidade, que poderá contemplar até três vezes o Rendimento Mínimo Nacional Ilíquido.

Artigo 12º - Processo de Cálculo das Mensalidades

1- O processo de cálculo é realizado anualmente, com base nas informações constantes dos documentos apresentados nos termos do Art. 10º do presente Regulamento.
2- Se até 31 de julho do ano em curso, as informações solicitadas e os documentos requeridos não tiverem sido entregues na totalidade, devido a causas imputáveis aos pais ou a quem exerça as responsabilidades parentais, considerar-se-á suspenso o processo de cálculo da mensalidade.
3- Em caso de suspensão do processo de cálculo da mensalidade, pelos motivos referidos em 2, os pais ou a quem exerça as responsabilidades parentais ficarão responsabilizados pelo pagamento da mensalidade máxima em vigor no ano letivo em curso, até que todas as informações e documentos tenham sido disponibilizados, para que seja possível realizar o correspondente cálculo.
4- Concluído o cálculo e fixada a mensalidade, proceder-se-á às devidas retificações acertando as contas na(s) mensalidade(s) do mês ou meses seguintes.

5- A data limite para a apresentação das informações e documentos, em caso de suspensão do processo de cálculo da mensalidade, será o dia 31 de dezembro do ano em curso, após a qual, se considerará efetiva a mensalidade máxima.
6- Os pais ou a quem exerça as responsabilidades parentais que não queiram apresentar os documentos necessários para o cálculo, pagarão a mensalidade máxima em vigor no ano letivo em curso.
7- As situações não enquadráveis nos pontos anteriores serão objeto de posterior análise e deliberação por parte da Direção.

Artigo 13º -Contrato Prestação de Serviços

1- É celebrado, por escrito, contrato de prestação de serviços com os pais ou quem assuma as responsabilidades parentais de cada criança.
2- Do contrato é entregue um exemplar aos pais ou quem assuma as responsabilidades parentais e arquivado outro no processo individual da criança.
3- Qualquer alteração ao contrato é efetuada por mútuo consentimento e assinada pelas partes, podendo dar lugar à celebração de novo contrato ou apenas a uma adenda ao mesmo.

Artigo 14º - Pagamento das Mensalidades

1- Obtida a admissão dos seus educandos, os pais ou quem exerça as responsabilidades parentais obrigam-se ao pagamento do valor correspondente a 11 mensalidades ou 12 mensalidades, consoante frequentem a resposta 11 meses ou 12 meses ao ano, nos termos seguintes.
2- O pagamento das mensalidades será efetuado na Secretaria, impreterivelmente, durante o seu período de funcionamento, até ao dia 8 do mês correspondente.
3- A mensalidade do mês de Agosto, correspondente à 12 mensalidade, é devida pela inscrição prévia do educando para frequentar a resposta nesse mês e em função dos números de dias a frequentar e é paga obrigatoriamente até ao dia 8 de julho anterior.
4- Sempre que se verifique a frequência na mesma Instituição por mais do que um elemento do agregado familiar, haverá lugar a uma redução de 20% na comparticipação familiar mensal do irmão mais velho.
5- Em período de férias e/ou situação de doença devidamente comprovada pelo médico, que implique a não frequência da criança na instituição por um prazo igual ou superior a 15 dias seguidos, no mesmo mês, a mensalidade terá uma redução de 20%.
6- As atividades extracurriculares que acarretem custos para a Instituição, bem como visitas/viagens, não estão incluídas na mensalidade. A Instituição salvaguarda-se o direito de alteração das atividades.
7- As crianças que beneficiam de transporte ficam obrigados a uma prestação mensal, não incluída na mensalidade.
8- O valor das Atividades Extracurriculares e do Transporte consta do respetivo preçário em vigor, que se encontra afixado na entrada deste estabelecimento, de acesso ao público e facultado no momento da inscrição na atividade/transporte (art.º. 36º).
9- Os pais ou quem exerça as responsabilidades parentais obrigam-se ainda ao pagamento da prestação pecuniária da admissão, relativa a custos administrativos associados ao processo individual da criança e seguro escolar.

Artigo 15º - Revisão da Comparticipação Familiar

1- A revisão da comparticipação familiar é realizada, ordinariamente, no início de cada ano letivo.
2- Extraordinariamente e em caso de comprovada alteração da situação económica do cliente, a comparticipação familiar será ajustada em conformidade, anexando-se uma adenda ao contrato de prestação de serviços assinado entre as partes.
3- Em caso de encerramento temporário das instalações administrativamente determinado, ou outras situações de encerramento temporário ou suspensão da prestação de serviço por força maior, proceder-se-á à revisão da comparticipação familiar seguindo critérios de equidade.
4- Os pais ou quem exerça as responsabilidades parentais da criança têm o dever de informar a Instituição de quaisquer alterações aos seus rendimentos que interfiram com a decisão da respetiva comparticipação familiar.

Artigo 16º – Seguro Obrigatório

1- A Instituição contratará anualmente um seguro de acidentes pessoais que abrange todas as crianças que frequentam a resposta social;
2- O pagamento do referido seguro é obrigatório e da responsabilidade dos pais ou quem exerça as responsabilidades parentais. É pago no início de cada ano letivo (mês de setembro) ou aquando da admissão na resposta social;
3- O referido seguro não abrange objetos pessoais que as crianças possam utilizar ou trazer, como por exemplo: óculos, aparelhos, objetos de ouro.

Artigo 17º - Cessação da Prestação de Serviço

1. O contrato de prestação de serviços celebrado pode cessar por:
   a) Mútuo acordo, celebrado de forma escrita e com previsão da data de produção de efeitos e demais direitos e deveres decorrentes da cessação.
   b) Denúncia (cancelamento da inscrição) a todo o tempo por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante comunicação escrita, com a antecedência mínima de 30 dias.
   c) Caducidade por decurso do prazo ou por falecimento do(a) utente.
   d) Resolução com efeitos imediatos e por comunicação escrita para as moradas convencionadas em caso de incumprimento do previsto no presente Contrato e/ou Regulamento Interno da Creche.
2. O incumprimento total ou parcial do prazo de denúncia estabelecido na alínea b) do número anterior implica o pagamento pelo(a) segundo(a) outorgante do valor da comparticipação financeira correspondente ao período em falta.
3. A cessação por acordo, denúncia ou resolução determina ainda que o(a) utente perca todas as prioridades de admissão, pelo que para efeitos de nova admissão o seu processo ficará arquivado em pasta própria não conferindo, no entanto, qualquer prioridade na admissão.

Secção II – Funcionamento

Artigo 18º - Horário de Funcionamento do Estabelecimento

1- A Bela Vista está aberta de 2ª a 6ª feira das 7h30m às 19h30m.
2- O horário de funcionamento da resposta social de EEPE integra duas componentes:
   2.1 A Componente Letiva que se desenvolve em 5 horas diárias, divididas em dois períodos, com a presença obrigatória do Educador de Infância na sala, sendo das 9 horas às 12 horas e das 14 horas às 16 horas, respetivamente.
   2.2 A Componente de Atividades de Animação e Apoio à Família, que integra os serviços de refeições e prolongamento de horário com animação socioeducativa, que será das 7h30 às 9 horas, das 12 horas às 14 horas e das 16 horas às 19h30.
3- A entrada das crianças no grupo de manhã, deverá verificar-se obrigatoriamente até às 9h00m.
4- A família deverá informar de eventuais ocorrências registadas pela criança na véspera, assim como da medicação que esteja a fazer;
5- Torna-se exceção à alínea 3, situações de horários de trabalho diferenciados dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais. No entanto, estes deverão informar e acordarem com o técnico responsável do grupo, o horário que o utente irá passar a frequentar.

Artigo 19º - Encerramento

A Bela Vista encerra:
1- Nos dias de Feriado Nacional, Municipal;
2- Véspera de Natal, Terça-feira de Carnaval e Segunda-Feira de Páscoa;
3- Sempre que superiormente for determinado;
4- Sempre que recomendado pelos Serviços de Saúde, no caso de surtos de doença infectocontagiosa ou por motivo de infestação das instalações devido a fatores externos ao funcionamento da instituição.
5- Por razão de força maior,
6- Por motivos alheios à Instituição, mas impeditivos do normal funcionamento da mesma;
7- Superior interesse das crianças e das famílias, mediante prévia deliberação da Direção e após aviso aos interessados.
8- A abertura do EEPE no mês de agosto fica condicionada à:
   a) Necessidade manifestada pela maioria dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais,
   b) Inscrição prévia por impresso próprio até ao dia 15 de abril, acompanhado de declaração da entidade; patronal em como os dois progenitores se encontram a trabalhar neste período e indicação do seu período de férias correspondente aos 22 dias, para que as crianças usufruam de férias em família;
   c) Após este prazo não se aceitam inscrições, salvo casos que o justifiquem e após deliberação da Direcção;
9- O funcionamento do EEPE no mês de agosto implica o seu encerramento para limpeza e higienização total das instalações durante uma ou duas semanas, coincidindo com o período de menos inscrições.

Artigo 20º - Organização e Coordenação

1- A Bela Vista - CEI possui Diretora Técnica, nomeada superiormente.
2- De acordo com o ponto 1 do art. 13º, capítulo III, do Dec./Lei nº 147/97 de 11 de junho, "cada Estabelecimento de Educação Pré-Escolar é coordenado por um Coordenador Pedagógico, o qual é obrigatoriamente um Educador de

Infância ou um Técnico de Educação, devidamente reconhecido para o efeito pelo Ministério da Educação". Sendo educador de Infância, o (a) Coordenador(a) Pedagógico(a) acumulará as funções de coordenação com o trabalho direto da sala.

3- São funções do Coordenador(a) Pedagógico(a):
   3.1 "Coordenar a aplicação do Projeto Educativo do Estabelecimento de Educação Pré-Escolar";
   3.2 "Coordenar a atividade educativa, garantindo, designadamente, a execução das Orientações Curriculares, bem como as atividades de animação socioeducativa", para além de que deverá coadjuvar a Diretora Técnica, nomeadamente na:
      a) Orientação técnica "de toda a ação do pessoal docente, técnico e auxiliar";
      b) Organização "de acordo com as normas de cada Instituição, a distribuição do serviço docente e não docente";
      c) Definição anual do "horário de funcionamento, de acordo com as necessidades da família, salvaguardando o bem-estar das crianças".

Artigo 21º - Competências da Equipa Técnica

1- Compete, nomeadamente, à Equipa Técnica:
   a) Coordenar o exercício da atividade de cada sala na sua generalidade;
   b) Apoiar tecnicamente as atividades, tendo em especial atenção as condições de vida e de higiene diária das crianças, bem como o acompanhamento pedagógico do seu desenvolvimento;
   c) Promover uma inter-relação entre o Pré-Escolar e os pais ou quem exerça as responsabilidades parentais numa perspetiva de continuidade relacional;
   d) Atender os pais ou quem exerça as responsabilidades parentais das crianças e promover reuniões periódicas;
   e) Colaborar na organização e na atualização do processo individual da criança;
   f) Organizar e inventariar a distribuição do equipamento e materiais necessários ao acolhimento das crianças, bem como zelar pela sua conservação;
   g) Colaborar na avaliação da qualidade educativa e social da prestação de serviço;

Artigo 22º - Horário do Pessoal

1- De acordo com os artigos 1º (ponto 3), e 76º do Estatuto da Carreira Docente, o pessoal docente em exercício de funções, é obrigado à prestação de 35 horas semanais de serviço dentro da Instituição.
2- O horário semanal dos docentes integra uma componente letiva e uma componente não letiva, desenvolvendo-se estas em cinco dias de trabalho.
3- A componente letiva do pessoal é de 25 horas semanais.
4- A componente não letiva do pessoal docente abrange a realização de trabalho a nível individual e a prestação de trabalho ao nível da Instituição, nomeadamente, apoio aos períodos de refeição e repouso, reuniões ou outras atividades necessárias ao bom funcionamento da resposta.
5- O pessoal docente usufrui de períodos de interrupção da atividade docente para Programação/Avaliação, de dois dias nas épocas de Natal e Páscoa, de um dia no Carnaval e de uma semana no período de Verão.
   5.1 A interrupção supramencionada não determina uma efetiva interrupção de funções, mantendo-se o pessoal docente vinculado à sua prestação de trabalho.
   5.2 Durante os períodos de interrupção, pode o pessoal docente ser convocado para o cumprimento de tarefas de natureza pedagógica necessárias ao bom funcionamento da Instituição, bem como para a participação em ações de formação.
6- O horário do restante pessoal, engloba a prestação de 40 horas semanais, não devendo um dos períodos exceder as 5 horas de trabalho.
   a) Salvo disposição legal em contrário, por acordo entre a Instituição e os trabalhadores, pode ser estabelecida a dispensa ou a redução dos intervalos de descanso, aumentando o tempo de trabalho consecutivo.
   b) Excecionalmente, a diretora técnica, poderá adaptar a duração dos períodos de trabalho, de acordo com as necessidades da Instituição.
7- Para assegurar o seu normal funcionamento, a resposta social dispõe de um quadro de pessoal adequado, em conformidade com a legislação aplicável.
8- O quadro de pessoal da resposta social/ Instituição encontra-se afixado em local visível.

CAPÍTULO III - DIREITOS E DEVERES

Artigo 23º - Direitos das crianças/familiares

Sem prejuízo das regras estabelecidas neste Regulamento, as crianças do EEPE têm ainda os seguintes direitos:

1- Igualdade de tratamento, independentemente da raça, religião, nacionalidade, idade, sexo ou condição social;

2- Utilizar os serviços e equipamentos disponíveis para a respetiva sala de atividades e espaços de recreio;
3- Participar nas atividades promovidas pelo EEPE;
4- Receber cuidados adequados de higiene, segurança e alimentação;
5- Respeito pela sua identidade pessoal e reserva da intimidade da vida privada e familiar, bem como pelos seus usos e costumes;
6- Não estar sujeito a coação física e/ou psicológica;
7- Ser informado das normas e regulamentos em vigor;
8- Ter acesso à ementa semanal;
9- Apresentar reclamações e sugestões de melhoria do serviço aos responsáveis da Instituição;
10- Requerer reuniões com os responsáveis, sempre que se justificar.

Artigo 24º - Deveres das crianças/familiares

Sem prejuízo das regras genericamente estabelecidas neste Regulamento, as crianças do EEPE têm ainda os seguintes deveres:

1- Cumprir as normas da resposta social de acordo com o estipulado neste Regulamento Interno;
2- Pagar pontualmente, até ao dia 08 (oito) de cada mês, a comparticipação familiar ou qualquer despesa extraordinária decorrente do serviço prestado à criança;
3- Cumprir os horários fixados;
4- Prestar toda a informação com verdade e lealdade, nomeadamente as respeitantes ao estado de saúde da criança;
5- Informar a Educadora de Infância responsável sobre os aspetos particulares do seu quotidiano ou do seu comportamento e possíveis alterações;
6- Respeitar todos os colaboradores;
7- Cumprir com os usos e norma de conduta vigentes na Instituição, nomeadamente:
a. Ao entrar nas instalações, a criança deverá ser acompanhada por um adulto e entregue, diretamente, ao colaborador destacado para esse fim;
8- O uso de adornos pela criança (por exemplo: fios, brincos, anéis e outros) não é permitido nos casos em que os responsáveis dos serviços entendam que tais objetos constituem um fator de risco para o próprio ou para os outros;
9- Não responsabilizar a Instituição por brinquedos, adornos ou outros objetos que a criança traga para a Instituição, independentemente do seu valor.;
10- Comunicar por escrito à direção, com 30 dias de antecedência, quando pretender interromper o serviço temporária ou definitivamente.

Artigo 25º - Direitos dos colaboradores

1- Encontrar na sua atividade um ambiente em que se possam realizar, sentir apoiados e confiantes;
2- Ter acesso a formação e informação de acordo com a atividade profissional de cada colaborador;
3- Ter privacidade;
4- Apresentar sugestões ou propostas, que possam contribuir para a melhoria dos serviços prestados;
5- Os colaboradores gozam do direito de serem tratados com educação e urbanidade.
6- A inobservância deste direito acarretará consequências institucionais e/ou legais.

Artigo 26º - Deveres dos colaboradores

Aos colaboradores cabe o cumprimento dos deveres inerentes ao exercício dos respetivos cargos, nos termos da legislação laboral em vigor, nomeadamente:

1- Cumprir com rigor as tarefas que lhe forem atribuídas, procurando contribuir para a concretização do Projeto Educativo da Resposta Social do EEPE;
2- Garantir a qualidade do serviço proporcionando um equilibrado desenvolvimento global da criança;
3- Comparecer ao serviço com assiduidade e pontualidade e realizar as suas tarefas com zelo e diligência;
4- Cooperar nas atividades realizadas pela instituição;
5- Desenvolver a sua atividade com responsabilidade e ética profissional, contribuindo para a realização do trabalho em equipa, para uma prestação de serviços com qualidade e para o bom nome da instituição;
6- Guardar lealdade à instituição, nomeadamente não divulgando informações que violem a privacidade daquela ou dos seus Clientes;
7- Reconhecer e respeitar as diferenças culturais e pessoais das crianças e famílias e demais membros da Comunidade Educativa, promovendo a integração e a colaboração.
8- Zelar pela conservação e boa utilização dos bens relacionados com o seu trabalho, que lhe estejam confiados pela entidade.

Artigo 27º - Direitos da Instituição

Sem prejuízo das regras genericamente estabelecidas neste Regulamento, a Instituição tem ainda os seguintes direitos:

1- Ver reconhecida a sua natureza particular e, consequentemente, o seu direito de livre atuação e a sua plena capacidade contratual;
2- A lealdade e respeito por parte das crianças, pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais;
3- À corresponsabilização solidária do Estado nos domínios da comparticipação financeira e do apoio técnico;
4- Proceder à averiguação da real situação do agregado familiar, designadamente através dos elementos necessários à comprovação da veracidade das declarações prestadas pelos pais ou por quem exerça as responsabilidades parentais no ato de admissão;
5- Fazer cumprir com o que foi acordado no ato de admissão, de forma a respeitar e dar continuidade ao bom funcionamento deste serviço;
6- Exigir o cumprimento do presente Regulamento;
7- Receber as comparticipações mensais e outros pagamentos devidos, nos prazos fixados.
8- Ao direito de suspender este serviço, sempre que as famílias, grave ou reiteradamente, violem as regras constantes do presente regulamento, de forma muito particular, quando ponham em causa ou prejudiquem a boa organização dos serviços, as condições e o ambiente necessário à eficaz prestação dos mesmos, ou ainda, o relacionamento com terceiros e a imagem da própria Instituição

Artigo 28º - Deveres da Instituição

Sem prejuízo das regras genericamente estabelecidas neste Regulamento, a Instituição tem ainda os seguintes deveres:

1- Respeitar a individualidade das crianças e famílias proporcionando o acompanhamento adequado a cada e em cada circunstância;
2- Criar e manter as condições necessárias ao normal desenvolvimento da resposta social, designadamente quanto ao recrutamento de profissionais com formação e qualificações adequadas;
3- Colaborar com os serviços da Segurança Social, assim como com a rede de parcerias adequada ao desenvolvimento da resposta social;
4- Garantir o sigilo dos dados constantes nos processos individuais das crianças;
5- Manter os processos dos utentes atualizados;
6- Promover uma gestão que alie a sustentabilidade financeira com a qualidade global da resposta;
7- Prestar os serviços constantes deste Regulamento Interno;
8- Avaliar o desempenho dos prestadores de serviços, designadamente através da auscultação das partes interessadas;
9- Possuir livro de Reclamações.

CAPÍTULO IV – ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO da EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Artigo 29º - Objetivos Específicos

1- De acordo com a Lei/Quadro 5/97, as atividades prosseguidas na resposta social de EEPE, têm como objetivo, entre outros:
   a) Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania;
   b) Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência como membro da sociedade;
   c) Contribuir para uma igualdade de oportunidades e para o sucesso da aprendizagem;
   d) Estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais, incutindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas;
   e) Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
   f) Proporcionar à criança bem-estar e segurança, nomeadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;
   g) Promover o desenvolvimento de situações ricas em afeto, que ajudem, a criança a desenvolver sentimentos de segurança, estabilidade e regularidade;
   h) Ajudar a criança a utilizar as suas crescentes capacidades psico-motoras, cognitivas e psicossociais, para descobrir, alcançar e explorar o mundo que a rodeia;
   i) Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança;
   j) Desenvolver formas de acolhimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais das crianças que permitam a construção de sentimentos de confiança, compreensão mútua das lógicas educativas, utilizadas por pais ou por quem exerça as responsabilidades parentais e educadores;
   k) Incutir hábitos de higiene e de defesa da saúde.

l) Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a escola e comunidade.

Artigo 30º - Organização e Acompanhamento

1- Para a prossecução dos objetivos preconizados, as crianças serão organizadas por grupos verticais/heterogéneos, tendo em conta a lotação estipulada.
2- Para acompanhar o desenvolvimento da criança, o técnico deve organizar um registo/processo individual que contenha entre outros, os seguintes elementos:
   a) Antecedentes individuais, familiares e sociais da criança;
   b) Registo da evolução do desenvolvimento afetivo, social, psicomotor e cognitivo da criança.

Artigo 31º - Processo Individual da criança

1- O processo individual da criança deve conter, entre outros, os seguintes elementos.
   a) Ficha de inscrição devidamente preenchida;
   b) Critérios de admissão aplicados;
   c) Exemplar do contrato de prestação de serviços;
   d) Exemplar da apólice de seguro escolar;
   e) Horário habitual de permanência da criança no EEPE;
   f) Identificação, endereço e telefone da pessoa a contactar em caso de necessidade;
   g) Autorização, devidamente assinada pelos pais ou por quem exerça as responsabilidades parentais, com identificação da(s) pessoa(s) a quem a criança pode ser entregue;
   h) Identificação e contacto do médico assistente;
   i) Declaração médica em caso de patologia que determine a necessidade de cuidados especiais (dieta, medicação, alergias e outros);
   j) Comprovação da situação das vacinas;
   k) Informação sobre a situação sociofamiliar;
   l) Registo de períodos de ausência, bem como de ocorrência de situações anómalas e outros considerados necessários;
   m) Registo da data e motivo da cessação ou rescisão do contrato de prestação de serviços;
   n) Plano Individual (PI) da criança;
   o) Relatórios de avaliação da implementação do PI;
   p) Registos da Integração das Crianças;
   q) Avaliação do Projeto Educativo e Curricular de Sala.
2- O processo individual da criança é arquivado em local próprio e de fácil acesso ao educador de infância e à direção técnica, garantindo sempre a sua confidencialidade.
3- O processo individual da criança pode, quando solicitado, ser consultado - e no que toca aos dados pessoais, retificado pelos pais ou por quem exerça as responsabilidades parentais.

Artigo 32º - Registo de presenças

1- Cada sala do EEPE dispõe de uma ficha de registo de presenças, bem como um conjunto de fichas de registo das rotinas diárias referente ao seu grupo de crianças.

Artigo 33º - Faltas

1- Todas as faltas da criança carecem de justificação.
2- Desde que devida e documentalmente justificadas, e caso abranjam o mínimo de duas semanas consecutivas, dentro do mesmo mês, as faltas da criança poderão ser descontadas na comparticipação mensal.

Artigo 34º - Atividades

A Programação das atividades será adaptada à realidade sociocultural do meio, proporcionando às crianças um largo leque de experiências estimulantes, bem como a continuidade e a intencionalidade educativa, pressupostos da Educação Pré-Escolar.

1- As atividades prosseguidas diariamente na EEPE, têm em conta as características específicas das crianças, partindo sempre do que já sabem, assegurando deste modo a necessária progressão e diferenciação das situações de aprendizagem.
2- As atividades propostas devem assentar no desejo de criar, explorar e transformar, bem como na relação da criança consigo própria, com os outros e com os objetos, o que significa aprender a fazer, aprender a pensar e a compreender.
3- O desenvolvimento destas atividades deve basear-se num Projeto Pedagógico, que integre o trabalho com:

3.1- As crianças, tendo em conta uma participação democrática na vida em grupo;
3.2- Os pais ou quem exerça as responsabilidades parentais, em ordem a assegurar uma complementaridade educativa através de:
a) Reuniões;
b) Contactos individuais;
c) Incentivo à participação ativa, nomeadamente na vertente da animação dos períodos de prolongamento de horário;
d) Interação Família, Instituição/EEPE e Técnico Especializado, no acompanhamento das crianças com necessidades educativas especiais;
3.3- Com a escola e a comunidade, em ordem a permitir a interação entre os vários grupos;
4- A criança deve ser encarada como sujeito da sua própria aprendizagem, pelo que as diferentes áreas de conteúdo devem partir do seu nível de desenvolvimento e da sua atividade espontânea e lúdica;
5- As diferentes Áreas de Conteúdo devem ser encaradas como referência a ter em conta pelo Educador no planeamento e na avaliação, uma vez que se pretende a formação pessoal da criança com vista a uma plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.

Artigo 35º - Serviços Prestados

Os serviços prestados pelo pré-escolar integram duas áreas:
A. Componente letiva - educativo-pedagógico
B. Atividades de animação e apoio às famílias

A) Componente educativo-pedagógica

A componente educativo-pedagógica promove:
a) A estimulação do desenvolvimento global da criança, nas suas componentes emocional, cognitiva, social e motora, através da implementação e adequabilidade de práticas pedagógicas intencionais, estruturantes e organizadas, de acordo com as Orientações Curriculares para o pré-escolar.
b) O favorecimento da formação e desenvolvimento equilibrado da criança, através da promoção de aprendizagens diferenciadas e significativas;
c) O desenvolvimento pessoal e social da criança, fomentando a sua inserção em grupos sociais diversos, respeitando concomitantemente a sua individualidade e a pluralidade de culturas, contribuindo e fomentando a igualdade de oportunidades;
d) A colaboração e partilha de responsabilidades no processo educativo com a família;

B) Atividades de animação e apoio às famílias

As atividades de animação e apoio às famílias integra:
a) Serviço de refeições
b) Prolongamento de horário com animação socioeducativa.
c) Higiene: adequada às necessidades individuais e de desenvolvimento da criança;

Artigo 36º - Serviços Extras

O EEPE presta o seguinte serviço extra, não incluído na mensalidade:
1- Transporte de algumas crianças de casa- instituição-casa, de acordo com a disponibilidade do serviço de transporte;
2- Anualmente a instituição poderá ter outras atividades/serviços, não incluídos na mensalidade, sendo que os mesmos serão alvo de inscrição e de informação aos pais ou a quem exerça as responsabilidades parentais do valor extra a pagar.
3- A frequência nas atividades do ponto 2), deste artigo, não condiciona ao normal funcionamento do EEPE, sendo garantida a continuidade da frequência da resposta social pelas crianças que não participam nessas atividades.
4- O valor do Transporte ou das Atividades Extracurriculares consta do respetivo preçário em vigor, que se encontra afixado na entrada deste estabelecimento, de acesso público e facultado no momento da inscrição na atividade/transporte.

Artigo 37º - Receção e Entrega

1- A Instituição só é responsável pelas crianças quando entregues ao respetivo pessoal, não sendo permitido deixá-las sozinhas junto à entrada.
2- No momento da entrada devem ser comunicados cuidados especiais a ter com as crianças, se os houver;

5- As crianças apenas serão entregues a quem tiver sido para tal indicado pelos pais ou por quem exerça as responsabilidades parentais no processo de inscrição, nomeadamente no processo individual da criança;
3- A receção/entrega das crianças, que beneficiem de transporte da instituição, subentender-se-á efetuada aquando da entrega ao colaborador, pelos pais ou por quem exerça as responsabilidades parentais ou por quem este autorizar por escrito, no local pré-estabelecido para a paragem de receção;
4- Reserva-se desde já o direito de recusar a receção de crianças que apresentem sintomas evidentes de doença e/ou de outros comportamentos, que ponham em causa o bem-estar e a saúde das outras crianças e dos colaboradores da instituição;
5- Em situações excecionais as crianças poderão ser entregues a alguém devidamente credenciado para o efeito, desde que os pais ou quem exerça as responsabilidades parentais avisem por escrito ou telefonicamente a instituição.

Artigo 38º - Saúde e Cuidados de Higiene

1- De modo a garantir o bem-estar e a saúde em geral, e numa perspetiva preventiva, só podem frequentar a Instituição, as crianças que se encontrem sem qualquer sintoma de doença.
2- A vigilância médica das crianças é da responsabilidade das famílias.
3- Em caso de surto epidémico, como medida profilática, deverá ser pedida colaboração ao Centro de Saúde.
4- Em caso de acidente ou doença súbita, deverá a criança ser assistida na Instituição ou recorrer ao Hospital/Unidade de Saúde mais próxima, avisando-se em simultâneo a família.
   a) Sempre que ocorra uma situação de acidente no período de funcionamento da Instituição, e daí decorra a necessidade de curativos durante o período de funcionamento da Instituição, estes serão da responsabilidade do mesmo.
5- As crianças que se encontrem em tratamento clínico, devem fazer-se acompanhar dos produtos medicamentosos estritamente necessários, bem como de todas as indicações do tratamento assinaladas pelo médico. Os medicamentos que tenham que ser dados às crianças durante o período de permanência na Instituição, deverão ser acompanhados de indicações escritas, como: nome da criança, dosagem, período de administração, horários de administração e condições de conservação, sendo tal informação registada no "Comunicado" (DT.019);
6- Quando uma criança se encontrar em estado febril, com vómitos ou diarreia, os pais ou quem exerça as responsabilidades parentais serão avisados, a fim de, com a maior brevidade, irem buscar a criança e providenciarem as diligências julgadas necessárias. Se constar no processo individual da criança a autorização de administração de paracetamol, assinada pelos pais ou quem exerça as responsabilidades parentais, em caso de necessidade, será administrada à criança a dosagem indicada;
7- No caso de a criança ser portadora de parasitas, nomeadamente piolhos, pulgas ou outros, a criança terá que ficar em casa a fazer desinfestação, regressando sem os mesmos.
8- Em caso de doença infectocontagiosa, as crianças só poderão regressar à Instituição mediante a apresentação de declaração médica, comprovativa da inexistência de perigo de contágio.

Artigo 39º - Alimentação

1- O regime alimentar será estabelecido tendo em conta as necessidades relativas às diferentes fases de desenvolvimento das crianças, e a estas serão servidas as refeições de almoço e lanche.
2- As ementas serão afixadas em local visível, de modo a serem facilmente consultadas.
3- As ementas serão elaboradas com acompanhamento de um nutricionista.
4- As ementas só poderão ser alteradas por motivo de força maior.
5- Deverão ser tidas em conta as situações devidamente justificadas de alergia a qualquer produto alimentar, devendo ser acompanhadas de declaração médica;
6- Nos casos em que as crianças consumam produtos diferentes dos que normalmente são adquiridos pela Instituição, deverão trazer de sua casa os referidos produtos, desde que acompanhados de declaração médica.
7- Excetuando qualquer situação pontual, as dietas só poderão ser fornecidas mediante prescrição médica.

Artigo 40º - Saídas

A resposta social de EEPE organiza passeios e outras atividades no exterior, inseridos no projeto pedagógico, tendo em conta o nível de desenvolvimento e idade da criança:

1- As diversas saídas previstas no decorrer do ano letivo (passeios, visitas, etc.), só serão efetuadas com o conhecimento e consentimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais, informando-os previamente, da eventual necessidade de comparticipação financeira complementar.
2- No ato de admissão ou no início de cada ano letivo serão entregues aos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais as autorizações de saídas concelhias. Tal facto não significa que os mesmos não tenham que assinar as autorizações que ao longo do ano lhes forem entregues.

1- A não entrega da autorização assinada pelos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais, na data estipulada, implica a não autorização da saída.
2- Sempre que os pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais não pretendam que o seu educando realize a saída deverá comunicá-lo com a devida antecedência, de modo a permitir a necessária organização interna da Instituição.
3- Eventualmente, algumas atividades podem exigir uma comparticipação financeira complementar, de acordo com o n.º 6 do Artigo 14º.

Artigo 41º – Imagem/Fotografias

1- Na primeira reunião com o técnico responsável pelo acolhimento da criança, os pais ou quem exerça as responsabilidades parentais, deve assinar Declaração em como autorizam/ou não que sejam tiradas fotografias e de que modo as mesmas podem ser utilizadas.
    1. A Declaração a assinar é o impresso DT.049 – Declaração de consentimento para registo fotográfico e vídeo e divulgação de atividades internas e externas.
2- É expressamente proibido tirar e publicar fotos de crianças de quem não sejam Responsáveis Legais, em todas as atividades/eventos/festas, organizadas pela Bela Vista.

Artigo 42º - Atendimento aos Pais ou a quem exerça as Responsabilidades Parentais

1- O atendimento aos Pais ou a quem exerça as Responsabilidades Parentais será efetuado pelas Educadoras de Infância responsável pela criança, de acordo com o estipulado anualmente.
2- Os Pais ou a quem exerça as Responsabilidades Parentais deverão atualizar os dados prestados sempre que se verifique qualquer alteração dos mesmos.
3- O Plano Individual da Criança será validado pelos pais ou por quem exerça as responsabilidades parentais, sendo semestralmente, e sempre que se justifique, realizada a sua avaliação com o envolvimento dos mesmos;
4- Semestralmente ou sempre que se justifique, serão realizadas reuniões/ações de capacitação/informação com os pais ou quem exerça as responsabilidades parentais;
5- Aos pais ou a quem exerça as responsabilidades parentais, quando solicitado, será facultado o conhecimento das informações constantes no Processo Individual da Criança;
6- No ato de admissão das crianças, desde que solicitado pelos Pais ou a quem exerça as Responsabilidades Parentais deverá ser entregue o respetivo Regulamento Interno.
7- O Regulamento Interno encontra-se afixado, na entrada da instituição, ou no endereço eletrónico www.belavista.pt, para consulta.

Artigo 43º - Participação dos Pais ou de quem exerça as Responsabilidades Parentais

1- A participação dos Pais ou de quem exerça as Responsabilidades Parentais é considerada fundamental, já que a ação desempenhada pela Instituição se assume como um complemento à ação educativa da Família;
2- Os Pais ou de quem exerça as Responsabilidades Parentais devem facultar todas as informações consideradas pertinentes para o desenvolvimento harmonioso dos seus educandos;
3- Sempre que a criança revele comportamentos considerados preocupantes, os Pais ou de quem exerça as Responsabilidades Parentais devem envolver-se e corresponsabilizar-se na resolução dos mesmos.
4- A persecução destes objetivos deverá ser conseguida através de:
    a) Reuniões e/ou contactos individuais com a Família, em ordem a permitir um conhecimento individualizado de cada criança e a assegurar a continuidade educativa desejável. Para este efeito, deverá ser criado um espaço de atendimento, compatível com a disponibilidade das famílias;
5- Os pais ou quem exerça as responsabilidades parentais serão envolvidos nas atividades realizadas no EEPE, de acordo com o plano anual de atividades e o projeto pedagógico em vigor;
6- Os pais ou quem exerça as responsabilidades parentais deverão procurar manter-se informados sobre a evolução da criança, assim como participar em todas as reuniões de pais para que sejam convocados.

Artigo 44º - Beneficiários de Transportes

1- Consoante a capacidade dos meios de transporte à disposição da Instituição e de acordo com os percursos estabelecidos, serão os mesmos atribuídos às crianças de acordo com os seguintes critérios:
    a) Crianças cuja condição económico-social, não lhes permita dispor de meio de transporte para se deslocar, desde que a residência ou local de receção se situe na área de intervenção dos transportes da Instituição;
    b) Às restantes crianças por ordem de pedido de transporte.
    c) Cabe à diretora técnica avaliar situações excecionais.
    d) A este serviço é imputado um valor, a definir pela Direção, no início de cada ano letivo.

Artigo 45º - Regras de utilização do meio de transporte

1- Todas as crianças que beneficiem dos meios de transporte, devem respeitar as regras de utilização do mesmo, bem como o horário de funcionamento, sob pena de lhes ser retirado esse benefício.
2- Se ao passar a carrinha/autocarro para trazer as crianças, as mesmas não estiverem preparadas, o veículo em causa, não poderá esperar nem alterar o seu percurso habitual;
3- Os pais ou quem exerça as responsabilidades parentais, devem entregar/recolher as crianças diretamente na carrinha/autocarro;
4- Todo e qualquer utilizador dos meios de transporte da Instituição devem:
   a) Entrar, permanecer e sair ordeiramente dos mesmos;
   b) As crianças são obrigadas a utilizar, corretamente os cintos de segurança;
   c) Evitar comportamentos que ponham em causa a boa condução. Caso o comportamento da criança seja sistemático pondo em causa a distração do condutor os pais ou quem exerça as responsabilidades parentais, poderão ser responsabilizados;
   d) Não é permitido às crianças comer dentro do veículo;
   e) Respeitar sempre as recomendações do condutor e/ou do auxiliar de transporte.

Artigo 46º - Proteção de Dados Pessoais

1- De acordo com a Lei de Proteção dos Dados Pessoais, nº 67/98, de 26 de outubro e o Regulamento Geral de Proteção de Dados, a Bela Vista, na qualidade de Responsável pelo Tratamento informa os pais ou quem exerça as responsabilidades parentais na qualidade de Titular de Dados Pessoais e de Responsável Legal pelo Titular de Dados Pessoais menor de idade que:
   a) Tratará os dados pessoais recolhidos ao longo da relação de prestação de serviços com a finalidade de execução do contrato de prestação de serviços que se celebra.
   b) Garante a estrita confidencialidade no tratamento dos dados pessoais, estando empenhada em manter os seus dados seguros e que para tal emprega medidas de segurança apropriadas para assegurar que a proteção dos seus dados pessoais e impedir o acesso a pessoas não autorizadas.
   c) Conservará os dados pessoais pelo período de tempo de execução do contrato e ainda pelo período necessário ao cumprimento das suas obrigações legais.
   d) Os pais ou quem exerça as responsabilidades parentais na qualidade de Titular de Dados Pessoais e de Responsável Legal pelo Titular de Dados Pessoais menor de idade, tem o direito de solicitar o acesso aos dados pessoais, a sua retificação ou apagamento, assim como de solicitar a limitação, portabilidade ou de se opor ao seu tratamento se tal for legalmente possível.
   e) Os pais ou quem exerça as responsabilidades parentais na qualidade de Titular de Dados Pessoais e de Responsável Legal pelo Titular de Dados Pessoais menor de idade, pode, se legalmente possível retirar o consentimento dado sem que tal afete o tratamento de dados feito anteriormente ao abrigo do consentimento dado.
   f) O exercício dos direitos elencados nas alíneas d) e e) deverá ser feito por e-mail geral@belavista.pt ou por escrito para a morada da Bela Vista.
   g) Os pais ou quem exerça as responsabilidades parentais na qualidade de Titular de Dados Pessoais e de Responsável Legal pelo Titular de Dados Pessoais menor de idade, caso considere que dados pessoais não são devidamente tratados ou que os seus direitos não são respeitados poderá apresentar uma reclamação/queixa à Comissão Nacional de Proteção de Dados ou a outra Autoridade de Controlo, obtendo, para o efeito, junto da secretaria os respetivos contactos.
   h) Para o esclarecimento de qualquer questão relacionada com a proteção dos seus dados pessoais os pais ou quem exerça as responsabilidades parentais na qualidade de Titular de Dados Pessoais e de Responsável Legal pelo Titular de Dados Pessoais menor de idade, deverá contactar a Bela Vista.

Artigo 47º - Livro de Reclamações

Nos termos da legislação em vigor, este serviço possui Livro de Reclamações, em formato papel e eletrónico (on-line). O livro de Reclamações em formato papel poderá ser solicitado junto da Direção da Instituição sempre que solicitado, pelos pais ou por quem exerça as responsabilidades parentais.

Artigo 48º - Livro de Registo de Ocorrências

Este serviço dispõe de Livro de Registo de Ocorrências, que servirá de suporte para quaisquer incidentes ou ocorrências que surjam no funcionamento desta resposta social.

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 49º - Avaliação

1- O Projeto Educativo de Estabelecimento/Projeto Pedagógico e o Plano Anual de Atividades, serão objeto de avaliação, a determinar pelos Técnicos da Instituição.
2- Nas avaliações deverão participar para além dos Técnicos, os representantes da comunidade educativa.

Artigo 50º - Aspetos de Ordem Geral

1- O desrespeito pelas normas deste regulamento poderá levar à suspensão da criança.
2- A Instituição fica na incumbência de alertar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens sempre que seja detetado uma situação de negligência ou maus-tratos nas crianças.

Artigo 51º - Omissões

Os casos omissos serão resolvidos pela diretora técnica, em conjunto com o(a) coordenador(a) pedagógico(a) do EEPE, em estreita colaboração com os superiores hierárquicos da Bela Vista – Centro de Educação Integrada.

Artigo 52º -Foro Competente para a Resolução de Litígios

1. Os litígios provenientes de quaisquer questões relacionados com o presente regulamento e funcionamento da instituição deverão resolvidos pela Direção, depois de ouvidas as partes em desacordo.
2. Em caso de conflito o foro competente é o tribunal judicial da comarca do Aveiro, podendo, qualquer das partes recorrer aos meios alternativos de resolução de litígios legalmente previstos.

Artigo 53º - Alterações ao Regulamento Interno

1- O presente Regulamento Interno será revisto sempre que se verifiquem alterações no funcionamento da EEPE, resultantes da avaliação geral dos serviços prestados, tendo como objetivo principal a sua melhoria.
2- Quaisquer alterações ao presente Regulamento serão comunicadas aos pais ou quem exerça as responsabilidades parentais, com a antecedência mínima de 30 dias, à sua aplicação, sem prejuízo da resolução do contrato a que a estes assiste, em caso de discordância dessas alterações.
3- Será entregue e/ou enviada via correio eletrónico, uma cópia do Regulamento Interno aos pais ou a quem exerça as responsabilidades parentais no ato de celebração do contrato de prestação de serviços.
4- Todas as alterações ao presente Regulamento serão ao Instituto da Segurança Social/ISS,IP, com a antecedência mínima de 30 dias relativamente à data da sua entrada em vigor.

Artigo 54º - Entrada em vigor

As normas constantes no presente Regulamento entram em vigor no dia 1 de setembro de 2025

Águeda, 12 de junho de 2025

O Presidente da Direção
BELA VISTA - Centro de Educação Integrada
A Direção

(Maria João Teixeira Ribeiro)

Anexos

Normas reguladoras das comparticipações familiares pela utilização de serviços de apoio à família em estabelecimentos de educação pré-escolar.

Despacho Conjunto n.º 300/97, de 9 de setembro

Artigo 1.º
Definição

Os pais e encarregados de educação comparticipam no custo dos serviços de apoio à família que integram as componentes não pedagógicas dos estabelecimentos de educação pré-escolar.

Artigo 2.º
Determinação da comparticipação familiar

A comparticipação familiar é determinada, em regra, antes do início de cada ano letivo, de forma proporcional ao rendimento do agregado familiar.

Artigo 3.º
Comparticipação familiar

1- A comparticipação familiar é determinada com base nos seguintes escalões de rendimento per capita, indexados à remuneração mínima mensal (RMM):
   1.º escalão - até 30 % do RNIM;
   2.º escalão - >30 % até 50 % do RMM;
   3.º escalão - >50 % até 70 % do RMM;
   4.º escalão - >70 % até 100 % do RNIN1;
   5.º escalão - >100 % até 150 % do RNIM;
   6.º escalão - >l50% do RMM.

2-A comparticipação é determinada pela aplicação de uma percentagem sobre o rendimento per capita do agregado familiar, conforme o quadro seguinte:

Apoio à Família/Escalões de Rendimento					
1º	2º	3º	4º	5º	6º
até **15%**	até **25%**	até **27,5%**	**30%**	**32,5%**	**35%**

3- ... Não aplicável

4- O valor da comparticipação familiar mensal poderá ser reduzido de forma proporcional à diminuição do custo verificado sempre que a criança não utilize integral e permanentemente os serviços e catividades de apoio à família.

Artigo 4º
Comparticipação familiar máxima

1- A comparticipação familiar, calculada nos termos do disposto no presente despacho, não pode exceder o custo dos serviços de apoio à família prestados pelo estabelecimento de educação pré-escolar.
2- O custo referido no número anterior é determinado com periodicidade mínima anual.

Artigo 5º
Conceito de agregado familiar

Para efeitos do disposto no presente despacho, entende-se por agregado familiar o conjunto de pessoas ligadas entre si por vínculo de parentesco, casamento ou outras situações assimiláveis, desde que vivam em economia comum.

Artigo 6º
Rendimento ilíquido

O valor do rendimento anual ilíquido do agregado familiar é o que resulta da soma dos rendimentos anualmente auferidos, a qualquer título, por cada um dos seus elementos.

Artigo 7º
Cálculo do rendimento

O cálculo do rendimento per capita do agregado familiar é realizado de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \frac{RF/12 - D}{N}$$

sendo que: R = rendimento per capita;
RF = rendimento anual ilíquido do agregado familiar;
D = despesas fixas anuais;
N = número de elementos do agregado familiar.

Artigo 8º
Despesas fixas anuais

1- Consideram-se despesas fixas anuais do agregado familiar:
   a) O valor das taxas e impostos necessários à formação do rendimento líquido, designadamente do imposto sobre o rendimento e da taxa social única;
   b) O valor da renda de casa ou de prestação devida pela aquisição de habitação própria;
   c) Os encargos médios mensais com transportes públicos;
   d) As despesas com a aquisição de medicamentos de uso continuado, em caso de doença crónica.
2- As despesas fixas a que se referem as alíneas b) a d) do número anterior serão deduzidas no limite mínimo correspondente ao montante de 12 vezes a remuneração mínima mensal.

Artigo 9º
Prova de rendimento de despesas

1- A prova dos rendimentos declarados será feita mediante a apresentação de documentos comprovativos dos rendimentos auferidos no ano anterior adequados e credíveis, designadamente de natureza fiscal.
2- Sempre que haja fundadas dúvidas sobre a veracidade das declarações de rendimento, deverão ser feitas as diligências complementares que se considerem mais adequadas ao apuramento das situações, podendo o estabelecimento de educação pré-escolar determinar a comparticipação familiar de acordo com os rendimentos presumidos.
3- A prova das despesas referidas nas alíneas b) a d) do n.º 1 do artigo anterior é feita mediante a apresentação de documentos comprovativos do ano anterior.

Artigo 10º
Situações especiais

Sempre que, através de uma cuidada análise socioeconómica do agregado familiar, se conclua pela especial onerosidade do encargo com a comparticipação familiar, designadamente no caso das famílias abrangidas pelo regime de rendimento mínimo garantido, pode ser reduzido o seu valor ou dispensado ou suspenso o respetivo pagamento.

Artigo 11º
Ajustamento das comparticipações familiares

Em função da necessidade de estrita cobertura dos custos dos serviços de apoio à família e no limite do valor da comparticipação familiar máxima, poderão ser estabelecidos os necessários ajustamentos nas comparticipações familiares, por forma que seja assegurada a desejável solidariedade entre os agregados economicamente mais desfavorecidos e aqueles que dispõem de maiores recursos.

Artigo 12º
Regulamento interno

1- Os princípios e regras estabelecidos no presente despacho serão desenvolvidos em regulamentos internos dos estabelecimentos de educação pré-escolar, aprovados pelos órgãos competentes das entidades titulares dos mesmos.
2- Na falta de regulamento interno ou enquanto o mesmo não for aprovado, aplicam-se diretamente às comparticipações familiares as normas constantes do presente despacho.

Artigo 13º
Disposição transitória

1- No ano letivo de 1997-1998 deverão ser criadas as condições para a aplicação integral do disposto no presente despacho sem prejuízo da aplicação do n.º 2 do artigo 23º da Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro.
2- No ano letivo de 1997-1998, para efeitos do presente despacho, entende-se como componente educativa da área pedagógica a catividade do educador de infância e a disponibilização de material didático-pedagógico.

Artigo 14º
Revisão

Os serviços do Ministério da Educação e do Ministério da Solidariedade e Segurança Social e as entidades representativas dos titulares de estabelecimentos de educação pré-escolar procederão à avaliação da aplicação do presente despacho, o qual, com base nos elementos recolhidos, será objeto de revisão no prazo de um ano.

Devolver esta página, devidamente preenchida e assinada

Eu _____, pai/mãe/responsável parental e encarregado de educação do menor _____, utente Do Estabelecimento de Educação Pré-Escolar (EEPE), da **Bela Vista – Centro de Educação Integrada**, declara que tomou conhecimento das informações descritas no Regulamento Interno de Funcionamento, não tendo qualquer dúvida em cumprir ou fazer cumprir todas as normas atrás referidas.

_____, ____ de _____de 20__

Pai/Mãe/Responsável parental

_____